

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN EL MARCO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

INCLUSIVE EDUCATION WITHIN THE FRAMEWORK OF HIGHER EDUCATION

Gloria Elena Landero JÁCOME¹
María Cristina Miranda ÁLVAREZ²

RESUMO: Este artigo considera educação inclusiva aquela que permite a construção de dimensões que promovam a equidade, a colaboração e desenvolvam novas perspectivas na comunidade universitária em relação aos grupos tradicionalmente excluídos. Primeiro, o conceito de educação inclusiva é revisado, reconhecendo que, embora tenham sido feitos progressos consideráveis nessa área, ainda existem aspectos importantes que não foram resolvidos; segundo, reconhece-se a necessidade de identificar lacunas teóricas e processuais que levantam desafios fundamentais à formação de professores de nível superior; e, em terceiro lugar, são identificadas estratégias que promovam a construção de espaços inclusivos que busquem minimizar ou reduzir barreiras à presença, participação e aprendizado dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão educacional. Formação de professores. Educação superior.

RESUMEN: *El presente artículo muestra a la educación inclusiva como aquella que permite la construcción de dimensiones que promueven la equidad, la colaboración y el desarrollo en la comunidad universitaria de nuevas miradas hacia aquellos grupos tradicionalmente excluidos. Primero se revisa el concepto de educación inclusiva, reconociendo que aunque se han hecho progresos considerables en este tema, aún quedan algunos aspectos importantes que permanecen todavía sin resolver, en segundo lugar se advierte la necesidad de identificar algunos vacíos teóricos y procedimentales que plantean retos fundamentales para la formación docente del nivel superior y en tercer lugar se identifican aquellas estrategias que promueven la construcción de espacios incluyentes que buscan minimizar o reducir las barreras para la presencia, la participación y el aprendizaje de los estudiantes.*

PALABRAS CLAVE: *Inclusión educativa. Formación docente. Educación superior.*

¹ Universidade Veracruzana (UV), Veracruz – Mexico. Secretária da Faculdade de Pedagogia. Mestrado em Psicoterapia Infantil Gestalt e Doutorado em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4334-7173>. E-mail: gllandero@uv.mx

² Universidade Veracruzana (UV), Veracruz – Mexico. Professora em tempo integral na Faculdade de Pedagogia. Doutorado em Educação (ELCPAPO) – Mexico. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1993-1038>. E-mail: cmiranda@uv.mx

ABSTRACT: *This paper shows inclusive education as that which allows the construction of dimensions that promote equity, collaboration and development in the university community of new looks towards those groups traditionally excluded. Firstly, the concept of inclusive education is reviewed, recognizing that although considerable progress has been made in this area, there are still some important aspects that remain unresolved. Secondly, it is necessary to identify some theoretical and procedural gaps that pose fundamental challenges for teacher training at the higher level, and thirdly, it identifies those strategies that promote the construction of inclusive spaces that seek to minimize or reduce barriers to the presence, participation and learning of students.*

KEYWORDS: *Educational inclusion. Teacher education. Higher education.*

Inclusão educacional

Grande parte das ideias que deram origem à educação inclusiva, emanando de uma série de princípios e demandas de organizações internacionais, surgiu sob a proteção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, principalmente no artigo 26, que afirma: "Todos têm direito à educação. A educação será direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais." Por sua vez, a UNESCO (2005) define o termo Inclusão Educacional, a partir do contexto desse processo que identifica e responde "à diversidade das necessidades de todos os alunos por meio de maior participação na aprendizagem, culturas e comunidades, reduzindo a exclusão na educação" (9), entre outros fatores, deve-se notar que a educação inclusiva não se refere à forma como um grupo especial de alunos é educado, mas à forma como todos são educados (TOBÓN, 2012).

Em geral, esses conceitos destacam a necessidade de identificar a educação inclusiva como aquela que busca a participação de todos os alunos independentemente das características particulares que possuem, sendo eles os principais responsáveis pelo seu processo de aprendizagem, tendo em vista o fato de terem que interagir com os pares para trocar conhecimentos, levando em conta o contexto para poder resolver diferentes problemas ou situações (GÓMEZ; GARCIA, 2017). A autora Salinas (2013) também reconhece a inclusão com referência a "um processo que visa responder à diversidade de necessidades de todos os alunos, com o objetivo de aumentar sua participação na aprendizagem e eliminar a exclusão dentro e fora da educação" (80).

De acordo com o ponto de vista da Ainscow (2006), reconhece a concordância de três elementos no conceito de inclusão: presença, aprendizagem e participação, que considera um processo de melhoria sistemática que as administrações educacionais e as escolas devem

enfrentar; para tentar eliminar barreiras de diferentes tipos que limitam a presença, aprendizagem e participação do aluno nas instituições em que são educados.

Tendo em vista todas as concepções expostas em relação à educação inclusiva até agora, destaca-se a necessidade de analisar sua importância no contexto escolar, reconhecendo que, no caso do México, tem sido dada grande relevância especialmente na educação básica, essa concepção parece ser apoiada pelos programas de educação inclusiva propostos pela Secretaria da Educação Pública (SEP), entre elas está a iniciativa denominada *Estratégia de equidade e inclusão na educação básica: para estudantes com deficiência, habilidades marcantes e severas dificuldades de aprendizagem, comportamento ou comunicação*, que está inserida no contexto da abordagem pedagógica do Modelo Educacional, em essência, é identificada sob o conceito de "esforço sem precedentes que faz parte do quadro de uma estratégia transversal, que busca moldar uma educação inclusiva baseada na equidade, justiça e igualdade como elementos indispensáveis para garantir a qualidade nos serviços educacionais" (SEP, 2018, p. 4).

No entanto, algumas pesquisas indicam que existe atualmente um sistema educacional diversificado, onde ainda existem diversas dificuldades estruturais, que dificultam a manifestação do pleno potencial da educação inclusiva, portanto, há o desafio de resolver esses problemas de uma perspectiva abrangente, sustentável e sistêmica, a fim de atender e satisfazer todos os níveis sociais e econômicos. Por sua vez, Fernández (2017) ressalta que, entre outros aspectos, é necessário redesenhar o sistema institucional para cobrir questões de equidade e inclusão.

No marco legal no México, desde 2011 existe a Lei Geral de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a última reforma em 2018; onde está estabelecido que o "Estado promoverá, protegerá e garantirá o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, garantindo sua total inclusão na sociedade no âmbito do respeito, da igualdade e da igualdade de oportunidades". (p. 1).

O conceito de inclusão analisado por Ainscow e Miles (2008) é particularmente interessante; especialmente porque nos apresenta diferentes perspectivas, por um lado, apontam que a inclusão está relacionada à deficiência e às necessidades educacionais especiais, em outro aspecto é identificada como resposta às exclusões disciplinares, também é orientada a todos os grupos vulneráveis à exclusão e, finalmente, com vontade de promover uma escola e educação para todos.

Inclusão na educação superior

Com base nos comentários anteriores, os resultados obtidos por Romero e García (2013) e García (2011) são particularmente interessantes, que concluem que muitos esforços foram feitos para incorporar a educação inclusiva nas escolas de educação básica. No caso do México, importantes iniciativas têm sido realizadas em relação à formação de professores e à incorporação de crianças com deficiência em escolas regulares, nesse sentido, Ocaña, Hernández, Sánchez, Linares, Guerra, Reyes, Soto (2019), apontam, que apesar do Fato de o México ter a Lei Geral de Educação sobre educação inclusiva, desde 2016, ela só se aplica à educação básica geral. Nestas circunstâncias, o ensino superior tem permanecido como um tema ainda pendente para integrar processos alinhados ao Modelo Educacional da SEP (Secretaria de Educação Pública) que propõe a formação integral dos alunos na convicção e capacidades necessárias para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, respeitosa com a diversidade, atento e responsável com o interesse geral (SEP, 2016). De acordo com as abordagens da SEP, espera-se a configuração de uma formação universitária que contemplo em seus processos, uma visão inclusiva. Deve-se notar que o termo inclusivo, tem várias conotações, segundo Stubbs (2008) aponta que é relevante indicar que a palavra "inclusão" refere-se à idade, sexo, etnia, língua, saúde e status econômico, religião, estilo de vida e não apenas uma deficiência notória ou aparente; Desse ponto de vista, a educação universitária inclusiva não pode ser concebida como aquela que treina seus alunos a partir de um modelo homogêneo, a universidade é chamada a frequentar de forma diversificada aos seus alunos, para que realmente receba a qualificação de inclusivo.

De acordo com a Associação Nacional de Universidades e Instituições de Ensino Superior (2018), no ano de 2018, no México, havia cerca de 4.210.250 estudantes de nível superior, onde 49,7% eram homens e 50,3% eram mulheres. Em suas estatísticas, as ANUIES indicam que, do total de alunos matriculados, 1% representou alunos com deficiência, no entanto, não se refere às necessidades específicas de cada um deles de acordo com seu contexto cultural ou social. Uma característica relevante desses resultados mostra que aqueles alunos que apresentam alguma condição ou necessidade educacional não são relatados e, portanto, é muito provável que sejam excluídos da assistência especial com estratégias adequadas para eles.

Em 2017, um artigo de Cruz y Casillas chamado: instituições de ensino superior e estudantes com deficiência no México, expõe um estudo onde cerca de 53 universidades mexicanas são revistas, entre as quais, apenas 12 tinham até aquele momento ações ou programas de apoio a estudantes com deficiência, segundo o ponto de vista dos autores apontam

que "a maioria delas são apenas iniciativas de inclusão". No estudo realizado, apontam que existem instituições que adotam programas específicos de atenção aos alunos com deficiência, sendo o único critério de inclusão; por exemplo: Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Universidad Veracruzana (UV), Universidad Autónoma de Tlaxcala (UATX), Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP), Universidad Autónoma de Nuevo León (UANL) e Universidad Juárez del Estado de Durango (UJED). Juntos, esses estudos fornecem resultados importantes sobre a situação de inclusão no nível superior, com base no acima, é muito significativo observar que o único critério de inclusão é orientado para estudantes com deficiência, o que implica que os alunos com necessidades educacionais não são visíveis, o que pode determinar uma condição de risco e vulnerabilidade às circunstâncias que devem enfrentar em sua formação universitária.

De acordo com a Declaração de Yucatán (2008), que foi escrita em correspondência com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, afirma que é "necessário reconhecer a universalidade, indivisibilidade, progressividade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que as pessoas com deficiência nas universidades, exercitá-los plenamente e sem discriminação" (p. 1), para isso, considera-se essencial que as universidades garantam aos seus alunos com deficiência, que o trânsito pelos espaços de sua formação profissional, seja realizado com o pleno gozo de seus direitos humanos e sem discriminação, porém, anteriormente foi demonstrado que, apesar do fato de esse acordo ter sido feito há mais de 10 anos, ainda há um longo caminho a percorrer para o cumprimento total dele.

Desse ponto de vista, os resultados da Pesquisa Nacional de Discriminação 2017 (ENADIS) demonstram claramente que um dos principais problemas das pessoas com deficiência é a falta de oportunidades para encontrar emprego. Desse grupo populacional, 48,1% percebem que seus direitos são pouco ou nada respeitados. 15,1% dos maiores de 18 anos e que vivem com deficiência tiveram bolsas negadas ou outros programas sociais do governo; 6,5% tiveram a oportunidade de continuar estudando. De acordo com esses resultados, a universidade tem um desafio muito grande, que envolve considerar a construção de propostas que comprometam seu pleno funcionamento. Embora sejam feitos esforços, há, no entanto, uma lacuna substancial entre o atendimento recebido pelos alunos com deficiência no nível da educação básica e do ensino superior.

As universidades ainda lutam para implementar um modelo educacional inclusivo; De acordo com resultados recentes da pesquisa, elementos de resistência à mudança são notados, com importantes barreiras à inclusão plena, Tapia e Manosalva (2012) apontam em suas

pesquisas, que à medida que se avança nos níveis do sistema educacional, as barreiras se tornam muito complexas e é o nível de ensino superior que mostra maior resistência e barreiras dentro do processo de integração. Torres (2011), enfatiza que a inclusão educacional pode e deve ser considerada uma atitude, nesse sentido, torna-se um sistema de crenças e valores que estará presente na tomada de decisão de quem aposta nela. Com o objetivo de estudar as abordagens inclusivas que são demandadas no ensino superior, propõe-se o desenvolvimento de uma dimensão consolidada no desenho e desenvolvimento de estratégias psicopedagógicas que permitam responder à diversidade e, assim, criar ambientes educacionais inclusivos.

Para o exposto, é necessário que, a partir da dimensão educacional, seja aceita maior responsabilidade na criação de processos inovadores que garantam às pessoas com deficiência o acesso ao sistema de formação. Conseqüentemente, as instituições de ensino superior devem desenvolver, dentro de suas políticas educacionais, práticas inclusivas por meio da formação de seus professores, que lhes permitam desenvolver pedagogias flexíveis que integrem a diversidade do corpo discente.

Atualmente, há um crescente interesse na inclusão das pessoas com deficiência, sem dúvida, isso porque eles compõem um grupo pequeno e segregado em diferentes dimensões do contexto social, desenvolvimentos recentes no campo da educação inclusiva têm demonstrado que, embora existam regulamentos e políticas nacionais sobre deficiência, como é o caso do acordo Yucatán, essa população requer condições que favoreçam sua participação e aprendizado, que buscam reduzir as barreiras que as mantêm excluídas; tendo em vista que a falta de relações igualitárias tem permanecido um obstáculo a ser superado.

De acordo com estatísticas divulgadas pela Organização Mundial da Saúde em 2011, os piores resultados das pessoas com deficiência são relatados em termos de saúde, contexto acadêmico, menor participação econômica e taxas de pobreza, em clara desigualdade com pessoas sem deficiência. Tudo isso responde aos obstáculos que limitam seu acesso a serviços considerados básicos, particularmente saúde, educação, emprego, entre outros (OMS, 2011), nesse mesmo sentido, Boudeguer e Squella (2010) apontam que a deficiência é gerada por barreiras físicas do ambiente, aludindo à abordagem atual da acessibilidade, transformando-se nisso: "capacidade de abordagem, acesso, uso e deixar qualquer espaço ou recinto independentemente, facilidade e sem interrupções" portanto, o ambiente físico influencia a manifestação ou eliminação da incapacidade. Segundo Raphael (2012b), ele argumenta que nossa sociedade mexicana continua fortemente discriminatória, o que nos distancia da democracia.

Em relação às barreiras que impossibilitam que as pessoas com deficiência se incluam plenamente no ensino superior, López (2014) conclui em sua pesquisa que:

[... A política educacional e as práticas escolares e pedagógicas criam barreiras à inclusão, na medida em que tendem à individualização, à segregação e ao desempoderamento da aprendizagem e participação de alunos com necessidades educacionais especiais (p. 279).

Pesquisas revelaram até agora que não há evidências claras de que a inclusão tenha se consolidado no ensino superior, indicando que ainda há uma lacuna substancial entre a assistência e o apoio dado aos alunos com deficiência no nível da educação básica e nos níveis mais elevados de escolaridade. Embora tenham sido feitos avanços consideráveis nessa área, muitas questões importantes permanecem não resolvidas, de acordo com as análises apresentadas por Alcántara e Navarrete (2014) e Cruz y Casillas (2017) indicam que as instituições de ensino superior, não apenas no México, estão respondendo com atraso pela implementação de um modelo de educação inclusiva, portanto, é essencial que, a partir do contexto escolar, se supõe um compromisso relevante na criação de metodologias inovadoras que garantam às pessoas com deficiência a inclusão plena no sistema educacional.

Ensino e educação universitária inclusiva

As instituições de ensino superior devem implementar, dentro de suas políticas educacionais, práticas inclusivas por meio da formação de seus professores, que lhes permitam desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem-avaliação com abordagem inclusiva, de forma que a incorporação de pessoas com deficiência seja promovida.

É essencial rever as propostas que, com base em pesquisas anteriores, foram feitas sobre a importância da formação docente. De acordo com esse aspecto, Yupanqui, Aranda e Vásquez (2014) apontam que as intervenções dos professores devem ser orientadas para a promoção da educação sobre o uso da linguagem inclusiva, apoio na identificação oportuna das condições de risco e na concepção e implementação de adaptações curriculares para a gestão de comportamentos disruptivos; adaptações ambientais e de acessibilidade, bem como educação em técnicas de integração sensorial, entre outras.

Na opinião de Rojas (2011), um professor deve atender às necessidades sociais da comunidade, ou seja, buscar fazer o bem à sociedade em que se desenvolve, sem negligenciar seu crescimento pessoal e profissional. Nessa perspectiva, uma educação inclusiva visa a construção de um vínculo entre o professor e cada um de seus alunos com base no pleno

reconhecimento e respeito mútuo (LÓPEZ, 2016). Uma parte integrante da formação docente envolve o acesso a práticas especializadas em questões de atenção à diversidade, nesse quadro, implica formação em diversas dimensões, a partir do desenvolvimento disciplinar, pedagógico, humano e outros.

Por outro lado, Coll (1996) ressalta que a atividade dos professores tem uma relação próxima com a forma como os alunos aprendem e se desenvolvem, com as dificuldades e problemas encontrados na realização de novas aprendizagens e com intervenções que visam apoiá-los para superar essas dificuldades. Nesse contexto, o professor deve responder às novas demandas colocadas pela inclusão em sala de aula, superar suas próprias barreiras, projetar ambientes de aprendizagem que favoreçam a redução de barreiras à aprendizagem e a participação de seus alunos.

Por outro lado, Fernández (2012) destaca que os docentes participam da análise, planejamento, desenvolvimento e modificação dos processos educacionais; portanto, devem ser treinados para desenvolver uma série de competências que lhes permitam ser inclusivos e contribuir para sua prática profissional. Da mesma forma, Alcaín e Medina (2017) comentam que o trabalho docente é a principal forma de estratégias de educação com inclusão nas universidades, ressaltam que é preciso revalorizar o papel do professor dentro da sala de aula, que a atenção à diversidade não é mais percebida, a partir de um conceito de carga extra; mas transformá-lo em uma oportunidade de crescimento profissional. O professor de sua função intermediária deve considerar no planejamento sistemático dos conteúdos, nas diferenças da mediação educacional, a fim de atingir os objetivos esperados, considerando a implementação da avaliação formativa para a aprendizagem e não apenas da aprendizagem, o que permitirá a tomada de decisão correta em benefício da melhoria da aprendizagem, respondendo assim às demandas colocadas pela educação inclusiva. O professor e as instituições devem estar em formação permanente, a fim de desenvolver as habilidades necessárias que lhes permitam realizar esses objetivos.

Outro elemento essencial que se destaca é a construção da dinâmica em sala de aula, é a criação de espaços de respeito e inclusão, nos quais os atos de discriminação não são acomodados; nesse sentido, é necessário gerar espaços de conscientização e conscientização sobre a diversidade educacional nas universidades, com base nisso, vale a pena refletir que o processo de inclusão é uma questão emergente, que demanda ações globais da sociedade em geral. Por fim, Almanzor (2002) considera que a formação pedagógica dos professores pode contribuir para que os professores referem sobre sua inserção no tempo que tiveram de viver e participar de uma forma mais proeminente na construção de um futuro melhor. A pesquisa

apresentada até agora evidencia que a formação docente é um item fundamental na concretização dos objetivos perseguidos pela educação inclusiva, o professor deve se autoavaliar-se em sua prática, identificar suas limitações e barreiras para alcançar uma mudança de paradigma, reconfigurar seu papel como mediador e facilitador de espaços significativamente inclusivos, através da aplicação de estratégias diferenciadas voltadas para a adequada atenção da diversidade.

Estratégias pedagógicas para a educação inclusiva

As estratégias pedagógicas para a diversidade permitem reduzir rotinas igualitárias e homogeneizantes, orientadas para o desenho de metodologias que operam a partir de uma visão inovadora e criativa dos recursos disponíveis, como apoio e materiais didáticos, programas de orientação inclusiva, organização de horários e espaços, reestruturação de formas de interação e mobilização do grupo.

Por outro lado, De la Oliva (2015), propõe a operação de projetos de capacitação, argumenta que o uso dessas estratégias favorece a inclusão, levando à superação de possíveis barreiras existentes em sala de aula. De acordo com a Lei Geral de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (2018) destaca-se a importância da função docente, observando algumas características fundamentais deste trabalho, na seção VI indica que o professor deve fornecer aos alunos deficiências materiais e auxiliares técnicos que apoiem seu desempenho acadêmico, também fez indicações orientadas aos gestores, que devem adquirir e equipar escolas e centros educacionais com livros em Braille, materiais didáticos, apoio de intérpretes de língua de sinais mexicana ou especialistas em sistema braile, equipamentos informatizados com tecnologia para pessoas cegas, todos aqueles suportes que são identificados como necessários para proporcionar uma educação de qualidade, na seção VII, estabelece-se a importância de incluir o ensino do Sistema de Escrita Em Braille e da Língua de Sinais. Mexicano na educação pública e privada, promovendo a produção e distribuição de livros didáticos gratuitos no Sistema de Redação em Braille, tipos macro e textos audíveis que complementam o conhecimento dos alunos com deficiência e, finalmente, na seção XIII, é alertada a importância de promover estudantes que precisam cumprir a exigência de serviço social para oferecer seu apoio às pessoas com deficiência.

Segundo Ortiz (2000), o primeiro passo para a educação inclusiva é a aceitação incondicional das diferenças, pois a diversidade fortalece os alunos ao oferecer alternativas de aprendizagem. De fato, na compreensão do ensino, é onde se percebe a complexidade da ação

docente, para garantir o exposto, esse autor sugere a adoção de uma proposta interativa ensino-aprendizagem. Esses preceitos estão relacionados à qualidade da educação, por isso é essencial que as instituições de ensino superior garantam e gerem constantemente apoio e recursos voltados à consolidação de processos inclusivos.

Na mesma ordem das ideias, propõe-se uma estratégia de prática docente baseada no desenho universal para a aprendizagem (DUA), pois permite o desenvolvimento de oportunidades e interações para a valorização da diversidade e oferece avanços na estrutura de acesso e inovação na metodologia de ensino e aprendizagem. Nesta construção, tanto alunos quanto professores desempenham o papel de mediadores e podem fornecer andaimes ou auxílios ajustados às necessidades de outros alunos. Dado que, por meio da inclusão educacional, pretende-se gerar espaços abertos à diversidade e melhorar as capacidades; a ênfase na interação e na troca de experiências de diferentes perspectivas é fundamental para a geração de conhecimento compartilhado.

Diante de tudo o que foi dito até agora, destaca-se o grande desafio do ensino superior, onde as políticas públicas do Estado mexicano representam um papel fundamental, que deve ser configurado essencialmente com foco na igualdade e não discriminação, no México, um passo substancial foi dado, em 2019, o artigo 3º da Constituição Política dos Estados Unidos mexicanos foi modificado (Última modificação 9 de agosto de 2019), as alterações são indicadas à seção II, correspondente aos critérios que orientarão a educação, sendo enquadrado essa educação:

"e) Será equitativo, para o qual o Estado implementará medidas que favoreçam o pleno exercício do direito das pessoas à educação e combatam as desigualdades socioeconômicas, regionais e de gênero no acesso, trânsito e permanência nos serviços educacionais... Da mesma forma, os alunos em vulnerabilidade social serão apoiados, através do estabelecimento de políticas inclusivas e transversais. f) Será inclusivo, levando em conta as diversas capacidades, circunstâncias e necessidades dos alunos. Com base no princípio da acessibilidade, serão feitas acomodações razoáveis e medidas específicas serão implementadas com o objetivo de remover barreiras à aprendizagem e à participação; g) Será intercultural, promovendo a convivência harmoniosa entre as pessoas e as comunidades pelo respeito e reconhecimento de suas diferenças e direitos, no âmbito da inclusão social; h) Será integral, educará para a vida, a fim de desenvolver em pessoas capacidades cognitivas, socioemocionais e físicas que lhes permitam alcançar seu bem-estar, i) Será de excelência, entendida como a constante melhoria integral que promove a máxima realização da aprendizagem dos alunos, para o desenvolvimento de seu pensamento crítico e o fortalecimento dos laços entre escola e comunidade" (2019, p.7).

Juntas, essas modificações ao artigo 3º implicam na concepção de uma estrutura que configure os processos que possibilitem seu cumprimento e implementação, portanto, será necessário articular esforços dentro do tecido social, além do desenvolvimento de metodologias de ensino baseadas em conhecimento e experiência, entre muitas outras iniciativas. Por isso, é necessário realizar reformas educativas na formação de professores em todos os níveis educacionais, a fim de proporcionar aos professores as habilidades necessárias para enfrentar os desafios da educação inclusiva e aproximar seu trabalho das necessidades e expectativas dos alunos, que vivem em um mundo de mudanças permanentes.

Por fim, vale ressaltar que o termo educação inclusiva reúne uma infinidade de processos que envolvem a sociedade como um todo; a partir da visão de Díaz, Zárata e Ortiz (2017) a educação inclusiva é uma aspiração e uma necessidade da universidade atual, que deve fundamentalmente ter o princípio básico do envolvimento de todos e aceitação mútua; nesse sentido, o que não é cumprido espontaneamente, é ensinado e aprendido, e faz parte da vida. Em uma sociedade, comunidade, escola, grupo e em um assunto, deve haver a capacidade de aceitação, convivência, ajuda, tolerância e o espírito de melhoria. A partir desse contexto, é essencial implementar estratégias voltadas à redução, minimização ou eliminação das barreiras que dificultam a presença, participação e aprendizagem no ensino superior, especialmente estratégias que considerem propostas de leis ou regulamentos, a otimização da infraestrutura física com o apoio de tecnologias de informação e comunicação, bem como, aqueles que promovem o desenvolvimento de programas específicos de inclusão e formação contínua da comunidade universitária nas áreas envolvidas na educação inclusiva.

Para concluir, vale mencionar o que Jennifer O'Donoghue (2019) expõe, em relação ao conceito de educação inclusiva do qual afirma ser ampla o suficiente para poder responder e promover a diversidade de qualquer tipo para que todos possam ser, aprender e participar da escola. A educação inclusiva não é uma batalha ganha; trata-se de um processo contínuo de identificação e eliminação das atitudes, prioridades e paradigmas que nos impediram de avançar.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M.; MILES, S. Por una educación para todos que sea inclusiva: ¿Hacia dónde vamos ahora? *Perspectivas*, v. 38, n. 1, p. 17-44, 2008. Disponível em: http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Publications/Prospects/Prospects145_spa.pdf#page=20. Acesso em: 10 set. 2020.

AINSCOW, M.; BOOTH, T.; DYSON, A. **Improving schools, developing inclusion**. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

ALCAÍN M. E.; MEDINA G. M. Hacia una educación universitaria inclusiva: realidad y retos. *Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria*, v. 11, n. 1, p. 4-19, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19083/ridu.11.530>

ALMANZOR, F.C. Importancia de la capacitación pedagógica del docente. *In: Análisis documental del proceso de inclusión en la educación*. Disponible em: <http://www.gdl.uag.mx/63/a04-02.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

ANUIES. **Visión y acción 2030**. Propuesta de la ANUIES para renovar la educación superior en México. 2018. Disponible em: https://visionyaccion2030.anuies.mx/Vision_accion2030.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

BOUDEGUER, A; PRETT, P.; SQUELLA, P. **Manual de accesibilidad universal**: Ciudad y espacio para todos. Santiago de Chile: Corporación Ciudad Accesible, 2010.

COLL, C. **Psicología y curriculum**. Una aproximación psicopedagógica a la elaboración del curriculum escolar. Barcelona: Paidós, 1991.

COLL, C. **Psicopedagogía**: confluencia disciplinar y espacio profesional, 1996.

MEXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. Diario Oficial de la Federación el 5 feb. 1917. Última modificación 9 de agosto de 2019. Disponible em: <https://www.gob.mx/indesol/documentos/constitucion-politica-de-los-estados-unidos-mexicanos-97187>. Acesso em: 10 set. 2020.

CRUZ, V. R.; CASILLAS, A. M. A. Las instituciones de educación superior y los estudiantes con discapacidad en México. *Revista de educación superior*, v. 46, n. 181, p. 37-53, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resu.2016.11.002>

DE LA CRUZ, G. Inclusión en educación superior: de la atención a la diversidad al facultamiento del estudiantado. España. **Revista científica electrónica de Educación y Comunicación en la Sociedad del Conocimiento**, Año XII, v. II n. 12 jul./dic. 2012. ISSN: 1695-324X.

DE LA OLIVA, D.; TOBÓN, S.; PÉREZ, S.; KARINA, A.; ROMERO, J. El Proceso de Inclusión Social desde la Socioformación: Análisis de Concepciones sobre Discapacidad y Necesidades Educativas Especiales. **Paradigma**, v. 36, p. 2, 2015. Disponible em: <http://www.scielo.org.ve/pdf/pdg/v36n2/art04.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

DECLARACIÓN DE YUCATÁN. 2008. Disponible en: [http://www.ddu.unam.mx/DDU/Documentos/Ponencias II sesion/DECLARACION YUCATAN.pdf](http://www.ddu.unam.mx/DDU/Documentos/Ponencias%20II%20sesion/DECLARACION%20YUCATAN.pdf). Acesso em: 10 set. 2020.

DELGADO, W. Inclusión: principio de calidad educativa desde la perspectiva del desarrollo humano. **Revista Educación**, Costa Rica, v. 31, n. 2, p. 45-58, 2007.

DÍAZ, O.; ZÁRATE, R.; ORTIZ, G. L. Educación superior inclusiva: un reto para las prácticas pedagógicas. **Revista Electrónica Educare**, v. 21, n. 3, p. 1-24, 2017, sep./dic. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15359/ree.21-3.15>

FERNÁNDEZ, F. Una mirada a los desafíos de la educación superior en México. **Innovación Educativa**, v. 17, n. 74, p. 183-207, 2017.

INEGI. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Encuesta nacional sobre discriminación en México (ENADIS)**. Ciudad de México: INEGI, 2017.

JIMÉNEZ, R. **Las personas con discapacidad en la educación superior**. Una propuesta para la diversidad e igualdad. Costa Rica: Fundación Justicia y Género San José, 2002. p. 138. MEXICO. **Ley General para la Inclusión de las Personas con Discapacidad**. Diario Oficial de la Federación. México, 12 jul. 2018. Disponible em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGIPD_120718.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MONEREO, I. S. (Coords.). **El asesoramiento psicopedagógico: una perspectiva profesional y constructivista**. Psicología y Educación. Madrid: Alianza Editorial. p. 33-52.

MORENO, M. **Integración/inclusión de las personas con discapacidad en la Educación Superior, en Informe sobre la Educación Superior en América Latina y el Caribe 2000-2005**. La metamorfosis de la Educación Superior. Caracas: IESALC/ UNESCO, 2006.

OCAÑA, S.; HERNÁNDEZ, L.; SÁNCHEZ, M.; LINARES, M.; GUERRA, H.; REYES, M.; SOTO, O. Estrategias de inclusión en la educación universitaria en el área de ciencias: retos bioéticos de la actualidad. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 10, p. 1-13, [2019].

O'DONOGHUE, J. **Una educación incluyente desde la Constitución**. Educación Futura. 16 ene. 2019 Disponible em: <http://www.educacionfutura.org/una-educacion-incluyente-desde-la-constitucion/>. Acesso em: 10 set. 2020.

Organización Mundial de la Salud. **Informe mundial sobre la discapacidad**. Ginebra: OMS, 2011.

ORTIZ, M. Hacia una educación inclusiva. La educación especial ayer, hoy y mañana. **Revista Siglo Cero**, v. 31, n. 187, p. 5-11, 2000.

ROJAS ATRAVIA, C. E. Ética profesional docente: un compromiso pedagógico humanístico. **Revista humanidades**, n. 1, p. 1-22, 2011.

SALINAS ALARCÓN, M. L. La inclusión en la educación superior desde la voz de estudiantes chilenos con discapacidad. **Revista Ibero-Americana de Educação**, v. 63, p. 77-98, 2013.

SEP. **Modelo Educativo**. México, 2016. Disponible em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/114501/Modelo_Educativo_2016.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

TOBÓN, S. El enfoque socioformativo y las competencias: ejes claves para transformar la educación. *In*: TOBÓN, S.; JAIK DIPP, A. (Coords.). **Experiencias de Aplicación de las**

competencias en la educación y el mundo organizacional. Durango, México: ReDIE, 2012. Disponível em: <http://iunaes.mx/wp-content/uploads/2013/04/Experiencias-de-Aplicacion.pdf#page=10>. Acesso em: 10 set. 2020.

TORRES-GONZÁLEZ, J. Psique: La inclusión educativa, la necesidad de transformación ante nuevas realidades. Colombia. **Boletín Científico Sapiens Research**, v. 1.1, p. 11-15, 2011.

YUPANQUI CONCHA, A.; ARANDA FARÍAS, C. A.; VÁSQUEZ OYARZUN, C. Educación inclusiva y discapacidad: su incorporación en la formación profesional de la educación superior. **Revista de la Educación Superior**, v. 3, n. 171, p. 93-115, jul./sep. 2014. ISSN: 0185-2760.

Como referenciar este artigo

JÁCOME, G. E. L.; ÁLVAREZ, M. C. M. Educação inclusiva no âmbito da educação superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 4, p. 2713-2726, dez. 2020. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp4.14519>

Publicado em: 10/09/2019

Revisões requeridas em: 01/10/2020

Aprovado em: 30/04/2020

Publicado em: 01/12/2020